

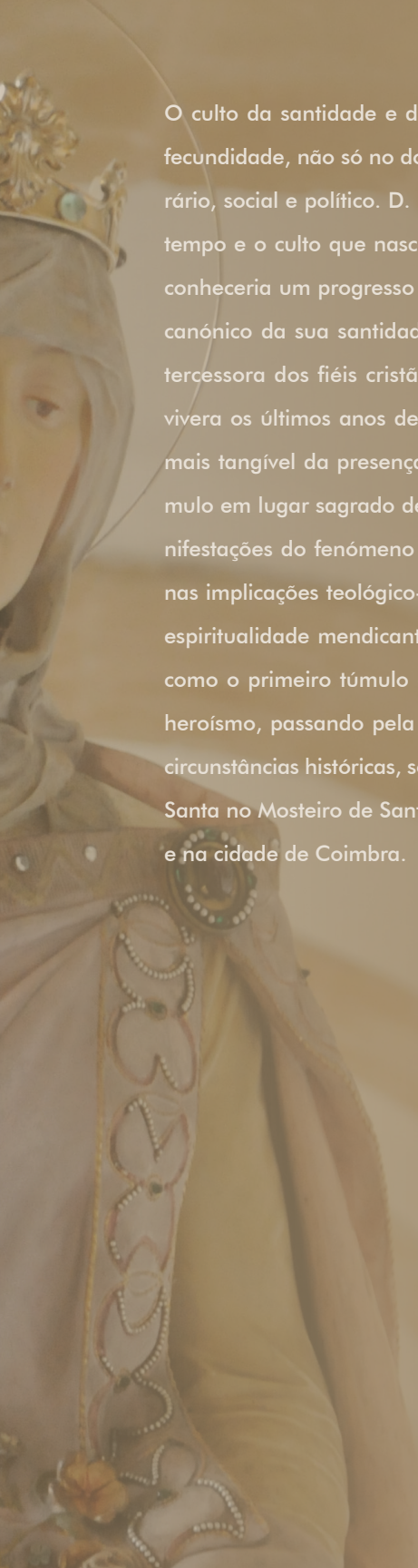
ANTÓNIO MANUEL RIBEIRO REBELO  
CARLOTA MIRANDA URBANO  
(COORDS.)

# ISABEL, RAINHA E SANTA

PERVIVÊNCIA DE  
UM CULTO CENTENÁRIO

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS





O culto da santidade e das relíquias constitui um fenómeno de notável fecundidade, não só no domínio religioso, mas no domínio artístico e literário, social e político. D. Isabel de Aragão foi uma figura notável no seu tempo e o culto que nasceu em torno da sua figura e das suas relíquias conheceria um progresso sem retorno. Mesmo antes do reconhecimento canónico da sua santidade, foi assumida *post mortem* como grande intercessora dos fiéis cristãos, especialmente em Coimbra. Nesta cidade vivera os últimos anos de vida, e aqui repousam as suas relíquias, sinal mais tangível da presença da *Rainha Santa*, transformando-se o seu túmulo em lugar sagrado de peregrinação. Este livro estuda diferentes manifestações do fenómeno desde a morte da Rainha até à modernidade, nas implicações teológico-espirituais do culto das relíquias, no estudo da espiritualidade mendicante que inspirou D. Isabel, no de obras de arte, como o primeiro túmulo da Rainha, ou da literatura celebrativa do seu heroísmo, passando pela leitura de fontes documentais reveladoras das circunstâncias históricas, sociais e políticas da evolução do culto da Rainha Santa no Mosteiro de Santa Clara, no Colégio das Artes, na Universidade e na cidade de Coimbra.

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

by Babo Ribeiro

**INFOGRAFIA**

Margarida Albino

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**PRINT BY**

KDP

**ISBN**

978-989-26-1951-4

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1952-1

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1952-1>

Projeto CECH-UC: UIDB/00196/2020 - Centro de Estudos  
Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra



© JULHO 2020, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANTÓNIO MANUEL RIBEIRO REBELO  
CARLOTA MIRANDA URBANO  
(COORDS.)

# ISABEL, RAINHA E SANTA

PERVIVÊNCIA DE  
UM CULTO CENTENÁRIO

IMPrensa DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

**A CONFRARIA E O CULTO À RAINHA SANTA  
THE CONFRATERNITY OF SAINT ELIZABETH  
AND THE CULT TO THE HOLY QUEEN**

António Manuel Ribeiro Rebelo

Univ. Coimbra, CECH, FLUC

ORCID: 0000-0002-1376-2704

**Resumo:** A devoção do povo, Igreja e família real a Santa Isabel, Rainha de Portugal, foi intensa ao longo dos séculos, começando logo depois da sua morte, mas recrudescendo depois da sua beatificação em 1516. D. João III e sua real esposa sentiam grande devoção pela então Beata Isabel. O nascimento um tanto milagroso do futuro rei Sebastião em 1554 foi entendido como uma bênção de Deus através da intercessão da Santa Rainha. Depois da morte do rei, a abadessa do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, com o apoio da Rainha Regente, D. Catarina, fundou, em 1560, a “Confraria de Santa Isabel, Rainha de Portugal” com o objetivo de incrementar e dignificar o culto à Rainha Santa. O culto intensificou-se a seguir à sua canonização em 1625 e sobretudo depois da construção de um novo mosteiro por D. João IV, para a comunidade clarissa de Coimbra, mas sobretudo para abrigar, de forma digna, o túmulo da Santa Rainha.

O A. discute o papel da Confraria na preservação e desenvolvimento do culto e da história da Santa Rainha e do património cultural em torno do mosteiro, na cidade de Coimbra e em todo o país e ao longo dos séculos, até as grandes celebrações de 600 anos de sua morte, em 1936.

**Palavras-chave:** Confraria – Rainha Santa Isabel – Culto – Devoção – Mosteiro de Santa Clara – Festividades Religiosas

**Abstract:** The devotion of the people, church and the royal family, to Saint Elizabeth, the Queen of Portugal was intense throughout the centuries, due to the many miracles obtained through her intercession, but it increased after her beatification in 1516. King João III, who transferred the University from Lisbon to Coimbra in 1537, felt a great devotion for Elizabeth. The somewhat miraculous birth of the future King Sebastião in 1554 was understood as a blessing of God through the intercession of the Holy Queen. After King João's death, the abbess of the monastery of Saint Clare at Coimbra, with the support of the Queen Mother Catherine of Austria founded the "Confraternity of Saint Elizabeth, Queen of Portugal" in 1560, with the purpose of organizing at least two solemn processions every year, among other acts of worship. The members of this Confraternity were not only laypeople of Coimbra, but also regular and secular religious men and women, and teachers and students of the University. After her canonization in 1625 and the construction of a new monastery for the religious community of Saint Claire in Coimbra, to shelter the tomb of the Holy Queen, the cult increased considerably.

The A. discusses the role of the Confraternity in the preservation and development of the cult and history of the Holy Queen and the cultural heritage around the monastery, in the city of Coimbra and all over the country and over the centuries, until the great celebrations of the 600th anniversary of her death, in 1936.

**Keywords:** Confraternity – Holy Queen – Saint Elisabeth – Cult – Devotion – Monastery of Saint Clare – Religious Festivities

A criação da Confraria da Rainha Santa Isabel está indelevelmente associada ao culto à Rainha Santa. Com a sua beatificação, em 15 de abril de 1516, no reinado de D. Manuel, o culto, já então secular, ganha maior dinâmica. Os fiéis passaram a acorrer com maior frequência à capela tumular, no Mosteiro de Santa Clara. A este mesmo Mosteiro oferece, D. Manuel um belíssimo cálice com a respetiva patena, para ser utilizada exclusivamente nas celebrações cultuais à Rainha Santa.

Em 1554, morre o último filho de D. João III, deixando grávida a sua jovem esposa. A existência do Reino depende do bom sucesso desse nascimento. A Rainha D. Catarina, devota de D. Isabel, implora as suas graças para o nascituro. A 20 de janeiro de 1554, em Coimbra, organiza-se uma procissão solene ao túmulo de D. Isabel por essa intenção e nesse mesmo momento nascia, em Lisboa, D. Sebastião. A associação dos acontecimentos foi imediata e o culto a D. Isabel propagou-se a toda a nação. D. João III tornou-se ainda mais devoto de Santa Isabel e, querendo venerá-la onde quer que se encontrasse – e não apenas em Coimbra, em cuja diocese o culto era autorizado desde 1516 –, solicitou ao Papa autorização para que tão veneranda padroeira pudesse ser excepcionalmente celebrada em todo o reino e a resposta positiva chegou em janeiro de 1556<sup>1</sup>. Na sequência dessa autorização, D. João III envia uma circular a todos os preladados dando conta da decisão pontifícia e recomendando que, em todas as dioceses, se festejasse o dia 4 de julho, celebrando-se a missa e ofício da Beata Isabel de Portugal<sup>2</sup>. Idêntica solicitação foi manifestada pelo rei Piedoso à Universidade, que ele próprio havia transferido definitivamente para Coimbra, em 1537. Efetivamente, D. João III, por cartas de 9 de setembro de 1556, ordenava ao Reitor da Universidade, Doutor Afonso do Prado e ao Reitor do Colégio das Artes que em cada ano ambas as instituições participassem oficialmente nas celebrações em honra da então Beata D. Isabel no dia da sua festa litúrgica<sup>3</sup>. Nesse sentido obrigava-se

---

<sup>1</sup> Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, Documentos em pergaminho, 1. Cf. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa: estudo de investigação histórica* (Coimbra, 1894), 2 vols., vol. 1, 302 sqq, e vol. 2, 60-63.

<sup>2</sup> ANTT: Coleção de S. Vicente t. 9, fol. 69. Cf. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa: estudo de investigação histórica* (Coimbra, 1894), vol. 2, 65.

<sup>3</sup> AUC (IV-1<sup>a</sup>D-3-2-17): FD: Universidade de Coimbra, Sr: Registo de provisões. T 1 (1544-1638), fl. 164 a 164<sup>v</sup>.

a Universidade a fazer uma oração pública em louvor da Rainha Santa no Colégio das Artes, com a presença de toda a comunidade universitária. A participação oficial da Universidade de Coimbra traz uma nova dimensão e mais elevada expressão ao culto à Santa Rainha. O grande humanista André de Resende viria a compor um novo ofício litúrgico, literariamente superior e mais elegante, que contribuiu para tornar o culto mais atraente e participado<sup>4</sup>.

Após a morte do Rei, D. Catarina assume a regência na menoridade do neto e dá sequência à divulgação e promoção do culto à Protetora do Reino. Foi certamente com o seu patrocínio, que a abadessa de Santa Clara, D. Ana de Meneses, fundou a “Confraria de Santa Isabel, Rainha de Portugal”. Em 1560, juntamente com a biografia da Rainha Santa, é publicado o compromisso da nova Confraria, aprovado pelo Bispo-Conde D. João Soares<sup>5</sup>.

Comprometia-se a nova instituição a realizar, entre outros atos de culto, duas procissões solenes em cada ano. Sabemos que houve uma participação maciça dos diversos estratos sociais da cidade de Coimbra na primeira festa que ocorreu precisamente no dia 4 de julho desse ano de 1560, sendo pregador o eloquente humanista Diogo de Paiva de Andrade.

No dia 3 de julho, saía uma procissão de um dos templos da cidade até à igreja de Santa Clara. No dia 4 de julho, partia a procissão desta mesma igreja terminando junto do túmulo de Santa Isabel. Além disso, era incumbência da Confraria mandar rezar uma missa pelos irmãos falecidos no altar sepulcral em todas as quintas-feiras, em homenagem ao dia em que D. Isabel nasceu para a vida eterna, e uma missa cantada nos primeiros domingos de cada mês.

---

<sup>4</sup> *Sanctae Elizabet Portugaliae quondam reginae officium / Resendio auctore* (Conimbricæ: [João de Barreira e João Álvares?], 1551).

<sup>5</sup> Afonso, Diogo, *Vida & milagres da gloriosa Raynba Sancta Ysabel, molher do catholico Rey dō Dinis sexto de Portugal, Com o compromisso da cõfraria do seu nome, & graças a ella concedidas* (Coymbra: por Ioam da Barreyra, 1560).



A canonização, em 1625, conferiu renovada vitalidade ao culto à Rainha Santa. No claustro pleno de 1626, a Universidade determinou que se realizasse todos os anos, a 21 de outubro, um “préstimo de capelos” à Igreja de Santa Clara<sup>6</sup>. Essa tradição manteve-se ao longo dos séculos, embora as datas fossem sofrendo algumas alterações. A participação da Universidade tornou-se cada vez mais ativa.

No entusiasmo da canonização e não inteiramente isento de propósitos e aproveitamentos políticos, D. Filipe III proclamá-la-ia Padroeira do Reino. Depois da Restauração da Independência, D. João IV recentraria na coroa portuguesa a devoção a Santa Isabel ao mandar construir um novo mosteiro para as Clarissas e sublinha isso mesmo com o lançamento da primeira pedra nas vésperas da sua festa, no dia 3 de julho de 1649. Era a veneração a Santa Isabel que o impelia a construir um mosteiro régio digno do corpo incorrupto de sua Santa Avó. Tanto assim foi que, D. João IV, sua esposa, a Rainha D. Luísa de Gusmão, e o Príncipe Real, D. Teodósio, se inscreveram como irmãos da Confraria levando os nobres e as pessoas mais distintas da cidade de Coimbra a associar-se aos seus monarcas, imitando-lhes o gesto. Outros reis mantiveram, ao longo dos séculos, a mesma devoção a Santa Isabel, visitando o seu túmulo e inscrevendo-se na sua Confraria como irmãos: D. Luís e D. Maria Pia, D. Carlos e D. Amélia, D. Manuel II...

A partir da transladação do seu corpo para o novo mosteiro, a 29 de outubro de 1677, o culto e, conseqüentemente, a atividade da Confraria passaria a centrar-se naquela zona do Monte da Esperança. Outra festa importante, hoje caída em desuso, era a da transladação para o novo mosteiro, celebrada a 29 de outubro, também com oitavário. Assim, as festas em honra da Rainha Santa decorriam antigamente de 4 a 11 de julho e de 29 de outubro a 5 de novembro.

---

<sup>6</sup> AUC (IV-1.ª D-1-2-69): FD: Universidade de Coimbra, Sr: Actas dos Conselhos, 1625-1633, fl. 96<sup>v</sup> a 97.

Em 1771 D. José estatuiu que a procissão solene se realizasse entre uma das igrejas de Coimbra e a igreja monástica. A imagem era transportada na véspera do dia da procissão. Em 1862, a recrudescente afluência de peregrinos impôs a necessidade de a imagem ser transportada na antevéspera para a Igreja de Santa Cruz. O afluxo intenso de devotos de Aveiro, Viseu e Leiria reclamava mais longa permanência da imagem em Santa Cruz e, no ano seguinte, a Mesa da Confraria decidiu antecipar a ida processional da imagem para Quinta-feira, sendo, então, exposta ao culto dos fiéis até à procissão solene de Domingo. A inauguração de várias linhas dos caminhos de ferro iria aumentar a afluência de devotos de todos os pontos do País e conseqüentemente a pompa das solenidades e festas religiosas.

Dificuldades de natureza económica tanto para a Confraria como para os particulares e comerciantes, que tinham também o dever de enfeitar as ruas, bem como o trabalho que implicava a própria organização das festas, forçaram a decisão histórica da Mesa, tomada em reunião de 17 de janeiro de 1883, de que as procissões e as grandes festividades se realizassem apenas de dois em dois anos, tal como ainda hoje acontece.

Mas como era a vida da Confraria antes do esplendor festivo da última década do séc. XIX?

Com as agitações sócio-políticas que se seguiram às lutas liberais, as atividades da Confraria chegaram a cessar por completo ao longo de duas décadas. A vida desta corporação só voltaria a encontrar a regularidade em 1852 com a eleição do lente de Teologia Doutor António José de Freitas Honorato, futuro Arcebispo Primaz de Braga, a quem se deve a restauração e reorganização da Confraria.

A 21 de outubro de 1848 foi assinada uma concordata entre o Reino de Portugal e a Santa Sé. O texto concordatário previa que houvesse conversações sobre a redução ou supressão de alguns conventos de freiras e a conservação de outros, fosse para promoverem

a educação dos jovens, fosse apenas para fins exclusivamente religiosos. O mínimo de religiosas em cada convento seria o canônico; o máximo, “conforme os meios de subsistência de que o convento possa dispor”<sup>7</sup>. Igualmente se previa que o governo “não porá impedimento a que se façam Profissões Religiosas”<sup>8</sup>.

Nada disto foi cumprido pelo governo que, em Coimbra, começou por extinguir o mosteiro franciscano de Sandelgas, transferindo as religiosas para o mosteiro de Santa Clara em Coimbra<sup>9</sup>. Com a extinção das comunidades religiosas ou com a morte da última religiosa, os bens passariam para a posse do Estado.

Em 1886 falecia a última clarissa e o Estado quis dar o mosteiro como extinto. O bispo de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, opôs-se, pois ainda aí vivia a irmã Ana Ermelinda da Conceição Vaz, oriunda de Sandelgas, e conseguiu que o ministério dos Negócios Eclesiásticos publicasse uma portaria autorizando o Estado a que tomasse apenas posse dos bens privativos de Santa Clara, permitindo à última religiosa que aí continuasse a sua vida de clausura até à morte. Além desta religiosa, viviam aí 12 senhoras seculares, 6 pupilas e 16 criadas. Fizeram-se logo inventários dos bens, alguns dos quais, segundo queixas da irmã Ana Ermelinda, terão sido levados apesar de não estarem abrangidos pela lei.

A 20 de março de 1889, o diretor da fazenda do distrito exigia que a irmã e as pupilas abandonassem o mosteiro a fim de entregar ao Ministério da Guerra “o edifício e a cerca do mesmo mosteiro, com exclusão da igreja tão somente”, uma vez que se pretendia

---

<sup>7</sup> Castro, José Ferreira Borges de (coord.), *Collecção dos tratados, convenções, contratos e atos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao presente* (Lisboa, 1857), Tom. 7, 222. Cf. também Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (Porto: Portucalense Editora, 1967-1971), 4 volumes, vol. 3, 147-172.

<sup>8</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>9</sup> A portaria governamental do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça data de 15 de novembro de 1848.

estabelecer aí um presídio militar<sup>10</sup>. D. Manuel de Bastos Pina reagiu energicamente recordando os compromissos assumidos anteriormente. Mas, mais importante ainda, era o facto de tais senhoras serem damas de honor da Rainha Santa e guardas do seu túmulo: “Jamais vem a Coimbra alguma pessoa real que não vá orar junto deste, que só nessas ocasiões se abre com as três chaves, uma em poder de el-rei, outra do bispo e outra das freiras; e só às pessoas reais e às suas comitivas e às freiras é permitido beijar a mão da preclaríssima Rainha”<sup>11</sup>. E havendo de se entregar tudo à exceção da igreja, como pretendia o diretor da fazenda, perguntava D. Manuel ao ministro: “há de entregar-se também aos soldados o túmulo da Santa Rainha e o coro e o santuário em que ela está? Hão de os soldados, e os soldados criminosos para o presídio ali estabelecido, substituir as religiosas na guarda do mesmo túmulo?”<sup>12</sup>. Em abril, o governo desistia da entrega do edifício ao Ministério da Guerra.

Foi neste período muito difícil, dominado por um clima de ostensiva hostilidade à Igreja, que elegeram para juiz da Confraria o Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Ouçamo-lo narrar as suas próprias impressões:

Era no mês de março de 1890. Estava eu então no princípio da minha carreira de Catedrático Universitário.

Um dia, fui procurado em minha casa por três cavalheiros, que me disseram serem delegados da Mesa da Irmandade da Rainha Santa, a pedir-me com a maior instância, que consentisse na minha eleição para Presidente da nova Mesa que ia constituir-se.

Recusei-me. Já tinha prestado serviços à Santa Casa da Misericórdia num período crítico muito combativo e difícil; e achava-me

---

<sup>10</sup> Sobre esta questão, vd. Ramos, A. de Jesus, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina* (Coimbra, 1995), 330-334.

<sup>11</sup> *Id.*, p. 333.

<sup>12</sup> *Id.*, *ib.*

ainda cansado de árduo labutar em tais misteres. Além disso havia sido encarregado da regência da cadeira mais difícil e melindrosa da minha Faculdade, na qual trabalhava com grande entusiasmo; não me restava tempo livre para repartir por outras ocupações.

Instaram, instaram muito. Era necessário acudir àquela instituição, sem o que ela iria acabar desde já; e Coimbra perderia muito com isso, porque deixariam de se fazer as festas reais e afamadíssimas da celeste Padroeira. Havia ainda a ponderar que o Convento de Santa Clara estava prestes a extinguir-se, pois a única freira que existia, achava-se muito velha, doente e pouco podia já viver; e era urgente que a Confraria da Rainha Santa se revigorasse e colocasse em condições de poder habilitar-se a suceder à instituição monástica na manutenção do culto neste magnífico templo, onde se guarda o corpo da Santa Protetora de Coimbra.

O caso era muito grave e carecia de séria ponderação.

O Presidente da Mesa de então, um meu antigo Mestre e ao tempo colega, a quem eu muito respeitava, era o principal interessado na minha anuência.

Que fazer? Acabei por dizer que sim, sem mais averiguações.

Tomei posse a 23 de março do referido ano de 1890, verificando logo de entrada que as primeiras e mais urgentes necessidades da corporação eram o seu saneamento pela entrada de novos irmãos, e a redação e aprovação do novo Compromisso ou estatuto. Pois o que existia, obsoleto, era datado de 1657 – tinha duzentos e quarenta e três anos! Nem uma única das suas disposições estava já em vigor.

Foi aprovado o novo Compromisso em março de 1891. Fez-se também o rejuvenescimento da Confraria, e a 7 de junho imediato realizou-se a primeira eleição regular da Mesa.

A vida da Confraria era então muito modesta. Criada por iniciativa das religiosas claristas do meado no século XVI, a sua função exclusiva consistia em promover e manter o culto da Santa

Padroeira de Coimbra fora do Mosteiro de Santa Clara. Tinha na Igreja conventual um altar seu, onde fazia celebrar uma missa semanal, às 5<sup>a</sup>-feiras, por todos os seus irmãos e benfeitores, vivos e defuntos; e anualmente, no princípio de julho, realizava duas procissões, uma complementar da outra em que levava a Santa Imagem, em cortejo litúrgico, através das ruas de Coimbra. Eis as suas únicas funções.

Não possuía casa de sessões, nem arquivo, nem armários para arrecadações, nem lugar onde guardasse uma alfaia nem utensílio.

Era muito pobre; não dispunha de fundos, e os seus únicos rendimentos consistiam nas pequenas anuidades dos irmãos, e nas esmolas que no dia ou dias de festas os fiéis ofereciam à Rainha Santa, na Igreja de Coimbra onde a sua imagem poisava durante um a três dias; poucas e pequenas esmolas, pois naqueles mesmos dias a maior parte dos devotos vinham ao mosteiro de Santa Clara, onde as freiras guardavam o santo Corpo, e a estas entregavam com devoção os seu óbolos de quem nem um ceutil chegava à Mesa.

Apesar de tão limitados serem os atos culturais que estavam a seu cargo, o rendimento mal chegava para ocorrer a essas pequenas despesas.

Tinha, é certo, algumas alfaias próprias, indispensáveis para se organizar a procissão com o adicionamento de outras, que na ocasião se pediam de empréstimo às Igrejas de Coimbra; aquelas mesmas porém, que eram suas, estavam em poder da Mesa por esta não ter onde as guardar. Eram as freiras que as recolhiam no convento ao findar a procissão, as guardavam com carinhoso esmero e cuidado e as entregavam no outro ano no dia da festa, para em seguida as recolherem de novo.

Quando tomámos posse, havia sido feito em 1886 por funcionários da fazenda pública o arrolamento de todos os bens e alfaias do mosteiro de Santa Clara; e o que pertencia à Irmandade tinha

sido arrolado pelos ditos funcionários e incorporado nos Próprios Nacionais sem reclamação nem protesto de ninguém!

Ao tomarmos posse a Mesa nada tinha em seu poder, senão dois toscos bancos no corpo da Igreja, um de cada lado que simultaneamente serviam de assentos dos irmãos e de arcas onde se guardavam promiscuamente as suas tochas e velas, e algumas opas velhíssimas de lã branca amarelecida e respectivas murças que haviam sido de cor castanha quando novas.

Esta a situação miseranda em que viemos encontrar a antiga e nobre Irmandade da Rainha Santa Isabel! Para se realizar a afamada procissão real tinham de se pedir emprestados a cruz processional e respectivos ciriais, as varas do governo para os Mesários as lanternas para o pátio e para o andor; e havia necessidade de se adquirirem urgentemente novas opas decentes, etc., etc. [...].

Trabalhou-se muito para reerguer a Confraria, num esforço titânico.

Aumentaram-se-lhe um pouco os rendimentos pela inscrição de novos irmãos, muito selecionados, e pelo aumento dos anuais. Promoveram-se subscrições e compraram-se os indispensáveis utensílios de prata e opas de seda, para servirem nas procissões. Também se fizeram reclamações umas após outras, para reaver aquilo que era nosso e que o estado, por falta de informação chamara seu; tais reclamações foram justamente atendidas.

Durante esta gerência faleceu, a 10 de junho de 1891, a última religiosa que habitava no mosteiro, embora já não pertencesse inicialmente a esta comunidade de Coimbra, viera do convento de

Sandelgas, da mesma ordem cujas freiras foram anexadas a este, por portaria do Ministério da Justiça de 15 de setembro de 1848<sup>13</sup>.

Num outro depoimento, o Doutor Vasconcelos descreve a impressão que a morte desta religiosa causou a todos quantos lhe deram sepultura:

Numa calmosa tarde, quinta-feira 11 de junho, no ano do Senhor de 1891 abria-se a portaria do real Mosteiro de Santa Clara de Coimbra para dar ingresso a algumas pessoas, em cujos semblantes havia vestígios de tristeza, de dolorosas apreensões.

Entraram alguns eclesiásticos trajando sobrepelizes, e meia dúzia de leigos, revestidos com as características opas da Confraria da Rainha Santa Isabel.

Que facto extraordinário motivaria esta violação da clausura monástica?

Naquele momento já não existia clausura neste glorioso e real Mosteiro. Na véspera, quarta-feira 10 de junho, exalara o último alento a Reverenda Madre Abadessa D. Ana Ermelinda da Conceição Vaz, única religiosa que sobrevivera às suas irmãs no hábito. Findara pois o Convento e ião celebrar-se as exéquias e o enterro da sua última Freira.

Foi entre sentidas lágrimas, sob uma atmosfera densa e pesada de preocupações e de incertezas, entrevedo desgraças iminentes, num futuro que se apresentava carregado de maus agouros, que se realizou este funeral, inolvidável para todos os que a eles assistimos.

Não era apenas o cadáver duma santa e humilde Clarissa que ia ser sepultado; à cova, em que ele desaparecia, baixava também uma instituição gloriosa, aureolada de tradições venerandas, memorada

---

<sup>13</sup> Confraria da Rainha Santa Isabel (ed.), *O Refúgio da Rainha Santa e o seu Fundador, Doutor António de Vasconcelos* (Coimbra, 1942), 18-20.



em muitas das páginas da história de Portugal; instituição, a que se encontram indissolavelmente unidos alguns nomes e alguns factos, que constelam em refulgências o azul céu da pátria portuguesa<sup>14</sup>.

Continuemos a primeira narrativa:

Começou aqui um período novo e muito operoso da vida Confraria da Rainha Santa Isabel. Tinha esta, pela força das circunstâncias, de assumir os encargos de conservação e limpeza do vastíssimo templo, da guarda e veneração do santo Corpo da sua Padroeira, da manutenção do culto, tanto privado, como solene, de atender e fazer as honras da casa aos devotos visitantes, que vinham ao templo da Rainha Santa, etc.

Mas tudo isto demandava pessoal que não tínhamos e muito dinheiro. Donde haver os meios indispensáveis?

Até aqui as esmolas eram recebidas na portaria do mosteiro, pois tanto o túmulo com o sagrado Corpo, como a própria Imagem conduzida nas procissões estavam *intra clausuram*, e não na Igreja, e era acolá ao convento, que os fiéis costumavam levar oblata e entregá-las à porteira. Ninguém ia oferecê-las no templo, junto do altar.

É porém certo que as esmolas escasseavam. Já não havia freiras; o culto no templo da Rainha Santa achava-se reduzido à expressão mais simples; Santa Clara deixava de ser frequentada.

Baldadas todas as tentativas que fizemos (e muitas foram elas) para obter a concessão do edifício monástico, e a criação ali duma instituição permanente de interesse social. A Confraria instalara-se numa parte das casas do capelão e na casa da hospedaria que lhe foram concedidas; as antigas pupilas do convento continuavam a

---

<sup>14</sup> Vasconcelos, António de, *Doutor Francisco José de Sousa Gomes: a sua benevolência na administração da Confraria da Rainha Santa Isabel* (Coimbra, 1931), 1.

residir por tolerância no edifício do mosteiro, enquanto a este não fosse dado destino pelo Governo<sup>15</sup>.

O Doutor Vasconcelos faz referência a tentativas de assalto aos apetrechos bens móveis e imóveis do Mosteiro por parte de entidades particulares, mas também estatais, nesse momento “crítico de constantes apreensões, de ataques, de surpresa, de saltos imprevistos de aves de rapina ou de tigres famintos que queriam apossar-se do espólio do convento e dos próprios edifícios sem exclusão da igreja”. Assume que a Mesa a que presidiu pouco mais pôde fazer do que defender o espólio do Mosteiro, especialmente os edifícios, mas manteve a sua posição à conta de grandes esforços e lutas.

A certa altura correu fama a venda em praça de todo o Mosteiro, incluindo as três cercas. Contava-se, à boca pequena, que a venda era promovida por alguém altamente cotado na política, com o intuito de adquirir tão soberba propriedade. Estando iminente a sua publicação em Diário do Governo, o Doutor Vasconcelos organiza muito rapidamente uma representação a El-Rei, pedindo que o mesmo fosse reconvertido num “recolhimento para senhoras honestas e desamparadas”, e cumulativamente num “colégio, onde se ministrasse, mediante remunerações modestas, educação e ensino a meninas de famílias remediadas, que não pudessem aproveitar-se da educação mais dispendiosa doutros colégios”<sup>16</sup>. Acrescenta-se ainda a proposta de abertura, neste instituto, de “uma classe gratuita para meninas pobres externas”. Para custear o seu funcionamento, é proposta a aplicação dos rendimentos dos dois Conventos, o de Santa Clara de Coimbra e o de Sandelgas, então considerados extintos pela morte da última religiosa. A Confraria oferecia-se para

---

<sup>15</sup> Confraria da Rainha Santa Isabel (ed.), *O Refúgio da Rainha Santa e o seu Fundador, Doutor António de Vasconcelos* (Coimbra, 1942), 20 sq.

<sup>16</sup> Cf. CRSI – Copiador de correspondência, *liv. 2 – fl.18<sup>v</sup> e sqq.*

fazer a gestão de todo o património e do instituto de assistência social e educativo, que nele se viesse a fundar.

O documento foi subscrito por 136 Irmãos, entres os quais se contavam muitas das pessoas principais da cidade, nas ciências e letras, no comércio e na indústria; e muitas mais seriam não fora a urgência de se remeter o documento para Lisboa.

Não houve despacho, mas a representação teve o efeito desejado, esconjurando o perigo da venda do edifício e da expulsão das velhas Senhoras seculares, antigas Pupilas e albergadas, guardiãs do túmulo da Rainha Santa, mantendo o asseio dos espaços e continuando a recitar diariamente o ofício divino no Coro Alto, diante das sagradas relíquias. “Do templo – dizia o Doutor Vasconcelos – cuidava a Confraria, tendo-o limpo e decente, e mantendo nele o culto indispensável, graças à dedicação do seu Capelão gratuito”.

Durante este período muito conturbado, não foi possível fazer-se trabalho de reconstrução, de reorganização. “Manteve-se a situação; guardou-se a posição adquirida, na praça desmantelada e em ruínas; depois de assegurada, reconhecida e respeitada a posse, seguir-se-ia então o novo trabalho reconstutivo”.

Nessa altura, o Bispo de Coimbra, Dom Manuel Correia de Bastos Pina, negociava com o Governo a utilização do Mosteiro, em articulação permanente com a Confraria, para nele se estabelecer um colégio feminino de preparação para as Missões Ultramarinas. O trabalho foi confiado às irmãs missionárias de S. José de Cluny, que já tinham iniciado o programa do instituto das missões em Tentúgal. As religiosas tomaram posse dos espaços a 1 de julho de 1896 e a escola abriu em fevereiro do ano seguinte com meia centena de educandas<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Vd. Ramos, A. de Jesus, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina* (Coimbra, 1995), 334.

O trabalho de reorganização ficaria destinado à presidência do Doutor Sousa Gomes, que o Doutor Vasconcelos qualifica, com rasgados elogios, como “uma administração criadora e organizadora por excelência”.

Nos derradeiros anos das últimas freiras, o culto religioso solene na igreja estava confinado às festas da solenidade, em julho, a cargo da Universidade, que a elas assistia com todo o aparato e pompa, e à festa da Transladação em outubro, a cargo do mosteiro, sem ajudas externas. O Capelão celebrava missa quotidiana na igreja, geralmente sem assistência de qualquer fiel.

A remoção do túmulo da Rainha Santa pelas Freiras do Altar-mor para o Coro Alto, em novembro de 1860, desmotivou os devotos de Santa Isabel, que deixaram de frequentar a sua igreja e “esqueceram o caminho de Santa Clara”. De longe, das janelas de suas próprias casas, viam o edifício onde sabiam que estava o túmulo de sua querida Santa e, logo ali, “de suas casas lhe rezavam, de lá se lhe encomendavam, poupando-se ao grande incómodo de subir a íngreme ladeira”.

Só a partir de 1912, desde que o corpo da Rainha Santa foi reposto na tribuna que lhe estava reservada no Altar-mor, só então o povo regressou a Santa Clara.

A Imagem da Rainha-Santa, que era levada nas procissões por ocasião das solenidades, não estava à altura da função religiosa que desempenhava.

Sousa Gomes não gostava da imagem da Rainha Santa nem da forma como ela era transportada. O Doutor Vasconcelos dá-nos conta do embaraço e até vergonha que o seu sucessor sentia perante fiéis oriundos de todo o país: “Escultura grosseira e tosca, exhibia-se numa inestética padiola, que servia de andor, e na qual ia também uma figura de pobre ajoelhado, de costas para a frente, num ridículo movimento de Recuo, quando o andor avançava”.

Mais do que as despesas que tal substituição implicava, receava as suscetibilidades do povo, possuído por um culto algo idolátrico, fortemente supersticioso, como nos refere o Doutor Vasconcelos, perante aquela antiga imagem.

A substituição foi gradual. Primeiro mandou esculpir e dourar, no Porto, a António Augusto Gonçalves um rico andor de talha, cujo contraste com a pobre antiga padiola logo fez esquecer a eliminação da figura do pobre nas grandes festas de 1894. A reação do povo foi muito positiva.

Na mesma altura, a imprensa noticiou intempestivamente a encomenda de uma nova imagem da Rainha Santa pela sua Confraria. Sousa Gomes planeava fazê-lo mais tarde, é certo, mas a notícia chegou ao conhecimento da Rainha Dona Amélia, irmã e benemérita da Confraria da Rainha Santa Isabel, que se encontrava em São Pedro do Sul. Logo ali, a 27 de junho de 1894, escreveu uma carta ao Bispo-Conde dando-lhe conta do seguinte:

*Reverendíssimo Bispo-Conde.*

*Ontem, quando lhe escrevi, esqueci-me de uma coisa, que tinha vontade, e mesmo necessidade de lhe dizer. É a respeito da Imagem da Rainha-Santa, que prometi dar, já vão dois anos...*

*Vi num jornal que a Irmandade da Rainha-Santa quer mandar fazer uma Imagem. Pedia ao Bispo-Conde o favor de dizer àquela Irmandade qual minha promessa e intenção, para evitar-lhe esta despesa, e deixar-me a honra de mostrar um pouco a minha devoção à Rainha-Santa<sup>18</sup>.*

A Rainha D. Amélia encarregou Teixeira Lopes da execução da nova imagem da Santa Rainha.

---

<sup>18</sup> *Cartas de Sua Majestade a Rainha Senhora D. Amélia a D. Manuel de Bastos Pina, bispo conde de Coimbra* (Lisboa, 1948), 31.

Mais tarde, a 23 de julho de 1896, depois de a Rainha ter apreciado a escultura, que tinha estado exposta na igreja de S. Domingos, escreve novamente ao Bispo-Conde dizendo:

*Tenho o maior gosto em ver como a obra do Teixeira Lopes foi apreciada em todo o país; tinha na realização deste meu desejo, dar à cidade de Coimbra uma imagem que não fosse indigna de representar a nossa Rainha-Santa, tinha nisto um empenho ardente e fiquei satisfeita. Fui a S. Domingos ver a imagem, e imediatamente telegrafei ao Bispo Conde, porque a si é que tinha prometido a estátua e desejava que por suas mãos fosse ela entregue à Confraria<sup>19</sup>.*

O êxito foi retumbante. No jornal Resistência, num artigo assinado por Joaquim de Vasconcellos, no início de julho de 1896, a beleza da novíssima obra de Teixeira Lopes é exaltada desta forma:

*O triumpho é, porém, completo, segundo o nosso modesto parecer.*

*O escultor deu provas de um estudo consummado não só da anatomia da figura, cujas fôrmas conservou amplas e poderosas na casa belleza da esposa e mãe, mas traduziu em todas as linhas uma indizível harmonia que envolve a imagem por todos os lados, e produz em nossos sentidos a suavíssima impressão de um sonho sobrenatural, de uma evocação historica.*

*Por qualquer lado que olbemos a figura, a eurythmia, a harmonia de todas as linhas, de todas as dobras é surpreendente;...*

A nova imagem foi benzida na quinta-feira 9 de julho de 1896, pelo Bispo-Conde na igreja da Rainha-Santa, e o Prelado logo fez entrega dela à Confraria em nome da Senhora Dona Amélia.

---

<sup>19</sup> *Id.*, p. 59.

Teixeira Lopes assistia à procissão na Rua de Ferreira Borges quando foi descoberto por estudantes, que logo ali o aclamaram, seguindo-se-lhe os demais fiéis ali presentes, reconhecidos, deslumbrados e entusiasmados com a beleza da imagem.

A entrega dos espaços do mosteiro à Confraria decorreu durante o mandato do Doutor Sousa Gomes. Também foi ele que fundou o museu de alfaia religiosas. Infelizmente grande parte dos paramentos foram confiados à guarda das missionárias, que os guardavam no Mosteiro e, por ocasião da extinção do colégio das Missões em 1910, perderam-se<sup>20</sup>. O assalto aos bens do Mosteiro foi geral. A pilhagem estendeu-se igualmente aos bens da própria Confraria.

Um dos casos mais paradigmáticos é o do *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, / Dona Isabel & de seus bons feitos & mila-/gres em sa vida & depois da morte*, obra que atualmente se encontra no Museu Machado de Castro.

António de Vasconcelos afirmara que se tratava de

“um ms. original anterior ao meado do séc. XIV, escripto por um contemporâneo da rainha D. Isabel pouco depois da morte d’esta. O original desaparecera, e a cópia, segundo creio, teve recentemente o mesmo destino. Todas as indagações que tenho feito por descobri-la hão sido infructuosas”<sup>21</sup>.

Relativamente aos autos do processo de canonização de Santa Isabel, existente na BN, António de Vasconcelos esclarece que:

---

<sup>20</sup> As atuais alfaia viriam a ser encomendadas pelo Doutor Vasconcelos quando, mais tarde, ocupou a Presidência da Mesa da Confraria no séc. XX.

<sup>21</sup> Cf. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa: estudo de investigação histórica* (Coimbra, 1894), vol. 2, 29.

Os procuradores, nomeados por el-rei Philippe III de Hespanha para promoverem em Coimbra o processo para a canonização da bemaventurada rainha D. Isabel, requereram que aos autos se juntasse um traslado d'esta lenda. Effectivamente foi apresentado aos juizes comissários apostólicos, e por eles mandado juntar ao processo, este traslado, que vi e analysei. Designa o ms. da lenda pelo titulo: *Livro que falla da boa vida que fez a Ra/jnha de Portugal, Dona Isabel, e de seus / bons feitos e milagres em sa vida, e des/pois da morte*<sup>22</sup>.

Mas clarifica o seguinte:

Reporta-se não ao original, mas à cópia hic cit. Isto indica-nos que o original era já desconhecido em maio de 1612, quando o processo corria. Consta-me porem que apareceu recentemente este precioso ms. do seculo XIV, e que se acha hoje em poder de um official do nosso exercito<sup>23</sup>.

No copiadador de correspondência da Confraria da Rainha Santa Isabel (liv.2 – 71<sup>v</sup>-72<sup>v</sup>), há registo de um ofício, enviado pelo Doutor Sousa Gomes ao governador civil do distrito de Coimbra, por meio do qual reclamava a entrega do “Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, de seus bons feitos e milagres em sua vida e depois da morte”, que se encontrava depositado no Governo Civil:

Illmo e Exmo Senhor

Tomo a liberdade de vir reclamar perante V. Ex<sup>a</sup> em nome da Mesa da Real Confraria da Rainha Santa Isabel, a entrega de um

---

<sup>22</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>23</sup> *Id.*, *ib.*



livro depositado neste Gov. Civil, e assim epigraphado: *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, / Dona Isabel & de seus bons feitos & mila-/gres em sa vida & depois da morte.*

Este livro é e foi sempre desta corporação, como é fácil provar por documentos e testemunhas; e, com quanto não tenha o valor que os jornais lhe estão attribuindo, esta Confraria não deve nem pode consentir em ser esbulhada da posse d'elle.

Pertencia, é verdade, ao mosteiro de santa Clara de Coimbra um valiosissimo manuscripto, anterior ao meado do sec. XIV, contendo a biographia da Rainha Santa Isabel, o que hoje, como pertencente ao Estado, devia achar-se depositado no Archivo Nacional da Torre do Tombo. Mas esse manuscripto foi roubado há anos, todos ahi sabem que existe hoje no Porto em mão de um particular de que até se indica o nome e morada, e entretanto os poderes publicos não procuram rehave-lo.

O manuscripto do sec. XVI que hoje está retido neste Gov. Civil, é apenas uma copia, em partes bem pouco fiel do referido codice, e não tem mais valor e autoridade do que as publicações integras que da referida biographia ou Lenda fizeram Fr. Francisco Brandão em App. à parte VI da Monarch. Lusit., e os Bollandistas nos *Ata Sanctorum Julii*, tomo II, pag. 173 e segg.

O que lucra portanto o Estado praticando o ato de força de nos privar arbitrariamente deste manuscripto, que é nosso, e que pouco ou nenhum valor tem senão para nós, por nos dár testemunho da piedade dos antigos irmãos desta Confraria para com a sua celeste Protetora?

Devo, para maior esclarecimento, expôr a traços largos a historia deste apographo.

Em 1556, em virtude de um breve do papa Paulo IV, impetrado por el-rei D. João III, começou a prestar-se em todo este reino culto litúrgico à Rainha Santa Isabel. Em Coimbra, e na igreja de Santa Clara, onde ella se achava sepultada, fundou-se logo

em honra da mesma santa uma Confraria, cujo compromisso foi aprovado pelo bispo conde D. João Soares.

Um dos fins principaes desta corporação era desenvolver em todas as classes a devoção à Santa Rainha, tornando conhecidas as suas muitas virtudes.

Existia, como disse, no mosteiro de Sta Clara uma minuciosa biographia escripta, com exceção dos últimos capítulos, logo em seguida à morte da piedosa Rainha: era pois conveniente divulgá-la e mostrá-la. Mas como, se as freiras não deixavam sair da sua mão aquelle, para ellas, inestimável tesouro?

Então lembrou-se de um magnifico expediente um dos dois primeiros mordomos que teve a Confraria, Antonio Brandão, Clerigo: extrahiu do antigo manuscripto uma copia em boa calligrafia gothica, e dahi em diante a Irmandade pôde conservar cuidadosamente arrecadado o original.

Fez-se esta copia entre o anno de 1556 e 1560. Em 1592 juntaram-lhe as duas iluminuras em pergaminho que vieram tornar mais devoto o livro.

O mesmo mordomo Antonio Brandão e o seu colega na mordomia Antonio Dalpoim mandaram imprimir esta biographia, modificada na redação e ampliada com a noticia de alguns novos milagres, dedicando o novo livro à Rainha D. Catharina. A esta impressão, que se fez em Coimbra na typographia de João da Barreira em 1560, alude o capitulo final do proprio apographo.

Nunca ninguem contestou o direito de propriedade que a Confraria sempre teve este manuscripto, nem jamais ninguem disse que elle pertencia ao convento de santa Clara, onde alias foi visto muitas vezes porque lá se achava depositado, assim como todas as alfaías, livros de escripturação e outros objetos que tinha esta Real Corporação

Até à data da extinção do convento foi no mosteiro de Sta Clara que esteve o archivo da Confraria da Rainha Santa, guardado pelas religiosas, que nesta corporação também exerciam direitos segundo a letra do velho compromisso.

Foi em 1890, quando a Mesa eleita neste anno tomou posse da administração da Confraria, que se deu pela falta do livro: procedeu-se desde logo a minuciosas indagações e só agora é que poudes descobrir-se onde elle parava.

Se a policia ultimamente o apprehendeu, foi porque reclamámos o seu auxilio a fim de nos ser restituído um objeto que era nosso, e que nos havia sido roubado. Em virtude de todas estas considerações venho pois solicitar a V. Ex<sup>a</sup> em nome da Mesa da Real Confraria da Rainha Santa Isabel por mim presidida, se digne providenciar para que nos seja entregue o manuscripto acima referido.

Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup>.

Coimbra 9 de janeiro de 1894

Illmo e Exmo Governador Civil do Districto de Coimbra

O Presidente

Francisco José de Sousa Gomes

Ignoramos, no entanto, como este livro, roubado à Confraria, veio a ser integrado, anos mais tarde, no Museu Machado de Castro.

O Museu da Confraria foi despojado gradualmente dos seus tesouros mais preciosos. Excetuam-se o bordão da Rainha Santa e a custódia oferecida por D. João III – o bordão, por forte opposição da Confraria à sua transferência para o Museu da Cathedral, como veremos mais adiante; a custódia, por ser imprescindível para a exposição do Santíssimo Sacramento. A 1 de julho de 1889, o inventário dos bens do Mosteiro de Santa Clara, a que fizemos referência, não estava ainda concluído, pois, nessa data, D. Manuel de Bastos Pina viria a denunciar, ao Ministro da Fazenda, o extravio

de alguns objetos de valor que haviam pertencido à Rainha Santa, designadamente 3 brincos e 2 ou 3 broches<sup>24</sup>, que ele pretendia juntar a outros, para serem guardados no museu da catedral.

Efetivamente, o impacto causado pela ourivesaria religiosa de Coimbra na Exposição de Arte Ornamental de 1882 foi tal que o Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina decidiu “fundar junto da sua cathedral um museu de arte religiosa, constituido pelas chamadas *pratas da Sé*, ás quaes deveriam sucessivamente reunir-se todas as alfaias de valor, provenientes dos conventos em via de supressão”<sup>25</sup>, um museu que, segundo Fortunato de Almeida, “chegou a constituir o mais notável repositório de arte sacra em Portugal”<sup>26</sup>, embora o mesmo estudioso da História da Igreja em Portugal ressalve, em nota, que “apesar de todos os elogios tecidos ao Bispo-Conde pela reunião de tantas preciosidades artísticas, não podemos pela nossa parte esquecer que as imagens, custódias e alfaias que se acumularam e puseram em exposição não foram feitas para objetos de museu, mas para serviço do culto divino; que as localidades onde elas existiam tinham direito sagrado a possuí-las...”<sup>27</sup>.

Em carta dirigida ao “Delegado do Thezouro do Districto de Coimbra”, em março de 1899, o Doutor Sousa Gomes alude a este bem intencionado, mas tão funesto propósito de D. Manuel, como o tempo o viria a comprovar<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Entre os quais 3 pares de brincos do uso da Rainha Santa e do séc. XIV. Cf. Arquivo da Diocese de Coimbra, cop. 1897-1899, fls. 77v-78 *apud* Ramos, A. de Jesus, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina* (Coimbra, 1995), 333-334, nota 112.

<sup>25</sup> Gonçalves, António Augusto; Castro, Eugénio de, *Notícia Histórica e Descritiva dos Principaes Objetos de Ourivesaria Existentes no Thezouro da Sé de Coimbra* (Coimbra, 1911), 7.

<sup>26</sup> Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (Porto, 1967-1971), 4 volumes, vol. 3, 1970, 523.

<sup>27</sup> *Id.*, *ib.*, n. 3.

<sup>28</sup> Cf. CRSI – Copiador de correspondência, liv. 3 – fl.47<sup>v</sup> e 48:

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senhor

Só muito mais tarde, o Doutor Vasconcelos explicaria como é que tudo se passou.

Com data de 13 de junho de 1934, mas registada no copiadador do Arquivo da Confraria apenas depois de 30 agosto de 1935, existe uma carta redigida pelo Doutor António de Vasconcelos, durante o

---

Cumpre-me informar a V. Ex<sup>a</sup>, depois de ouvida a Mesa da minha presidencia, de que a esta nenhuma objecção ou repara se offerece a que sejam entregues ao Mto Revmo Senhor Bispo Conde os brincos chamados de Nossa Senhora da Conceição, e o collar chamado da Rainha Santa. Este ultimo já há muito tempo se acha em poder de S. Ex<sup>a</sup> Revma no Museu da Sé, donde S. Ex<sup>a</sup> Revma tem feito o obsequio de o deixar sair no dia da procissão solemne da Rainha Santa para ser n'ella conduzido adiante do andor, como é costume immemorial.

Quanto aos objetos de culto dispensaveis para o culto na igreja de Santa Clara, lembro a V. Ex<sup>a</sup> que o culto é alli feito, como V. Ex<sup>a</sup> pessoalmente tem observado, com toda a solemnidade; que alli vae em 3 e 4 de julho a Universidade incorporada fazer a festa da Rainha Santa, e o Rev<sup>o</sup> Cabido a da Transladação em 29 de outubro; e que ás festas biennaes feitas pela Real Confraria assistem todas as auctoridades da cidade.

Para manter o culto á altura de que é tradicional na igreja do Real Mosteiro de Santa Clara, não podemos dispensar os paramentos bons; e ainda temos de pedir na occasião das festas um calix rico que se acha em deposito no museu da Sé, visto não possuirmos em Santa Clara senão calixes de pouco valor. E desses mesmos não há numero bastante para servirem aos tres dias das festas nas quaes se celebram muitas dezenas de missas, sendo necessario pedir alguns emprestados.

Por isso o que poderia dispensar-se seriam algumas casulas, e seus pertences principalmente brancas, talvez umas 6 ou 8, que pelo seu estado não podem já servir. Mas essas mesmas lembrámos a V. Ex<sup>a</sup> a conveniencia de nos não serem tiradas, porque no fim de alguns annos ver-nos-hemos obrigados a pedir licença de as utilizarmos em concertos d'outros paramentos, porque a Real Confraria não tem rendimentos, e não poderá fazer como as freiras nos seus tempos de riqueza, por de parte os paramentos velhos, e comprarem outros novos para uso diario.

Pelo contrario terá de fazer como as familias pobres, que remendam o seu panno para durar mais um anno. Eis o que á mēsa da Real Confraria se offerece dizer em resposta ao officio de V. Ex<sup>a</sup> de ... de janeiro p. passado, pedindo eu desculpa da demora que houve na resposta.

Que Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup>

Coimbra, 24 de março de 1899

Illmo e Exmo Sr. Delegado do Thezouro do Districto de Coimbra

O Presidente da Real Confraria da Rainha Santa Isabel

Dr. Francisco José de Sousa Gomes

(...)

exercício da sua terceira presidência à frente da Confraria, e dirigida ao Ministro da Instrução Pública e que passo a transcrever:

Ex<sup>o</sup> Senhor Ministro da Instrução Pública

A Confraria da Rainha Santa Isabel, instituição de beneficência legalmente erecta desde o meado do século XVI no templo da mesma Santa Rainha em Coimbra, assumiu o encargo de ser guarda fiel do mesmo templo com os seus dois coros e cláustro, tudo isto classificado de Monumento nacional e das riquezas artísticas que nêle se guardam, entre as quais se mencionam os três túmulos medievais – o da Rainha Santa, o da sua neta a pequena infanta D. Isabel, e o de D. Catarina filha do infante-regente D. Pedro. Além dêstes preciosos monumentos de escultura lapídea medievã, guardam-se aqui alguns objetos artísticos muito interessantes, uns que pertenceram à Santa Rainha enquanto viva, outros que serviram e servem ao seu culto desde o ato da sua Beatificação por Leão X, no princípio do século XVI.

Tem-se esmerado esta instituição de piedade e beneficência, em bem cumprir o encargo que sôbre si tomou, poupando o Estado às despesas de conservação e restauração dêstes Monumentos, despesas que ela tem custeado, sem até hoje haver pedido aos cofres públicos um único ceutil, e tendo com isso gastado das suas receitas particulares algumas dezenas de contos.

Fundou e organizou a mesma Confraria um Museu de Arte, no côro de cima da sua igreja, o qual se acha instalado em excelentes condições de luz, de segurança e de fácil acesso, e que é visitado todos os dias por grande número de pessoas.

Há grande vantagem em aqui reünir todos os objetos de arte, que pertenceram à Rainha Santa Isabel enquanto viva, e os que foram expressamente fabricados para o seu culto, e efetivamente aqui se encontra um núcleo precioso, sendo pena que a série se ache mutilada, por haverem sido de cá deslocados cinco para o

Museu de Alfaias litúrgicas da Sé, hoje anexo ao Museu Machado de Castro. Estas alfaias foram para ali levadas pelo benemérito Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, movido pelo entusiasmo de enriquecer aquele Museu por ele fundado e organizado. Tomou, porém, perante a Mesa desta Confraria, o compromisso de as entregar todas as vezes que o presidente dela lhas requisitasse, para servirem, como até ali, nas festas mais solenes da Santa Padroeira de Coimbra.

Enquanto o saudoso Bispo viveu, cumpriu sempre êste compromisso tomado; sempre, quando havia festa, vinham os objetos para serem aqui expostos sôbre o altar, e para servirem na igreja e na procissão, recolhendo depois novamente ao Museu da Sé. Depois do falecimento daquele prelado, continuou a ser requisitado nas ocasiões de festa, o cálice manoelino, e o Diretor do Museu, António Augusto Gonçalves, que conhecia o contrato feito com a Confraria, nunca opôs a mais leve dificuldade à sua entrega, logo que se lhe requisitasse. Mas o atual Diretor recusou-se a deixá-lo sair, quando, ha dois anos, lho pediram, e não mais tornou a sair do Museu.

Entretanto não é razoável que a Confraria, que tem a seu cuidado o culto da Rainha Santa, se veja privada de alfaias, umas que eram da mesma Santa quando viva, e que sempre serviram nas suas festas, outras propositadamente fabricadas para o seu culto.

Há, além disso, grande vantagem em estarem aqui reünidas, em colecção, todas as recordações da Rainha Santa Isabel e do seu culto, que constituem um pecúlio de grande valor, pecúlio que é forçosamente desvalorizado pela dispersão, em que atualmente se encontra. Aqui reünidas num conjunto interessantíssimo, chamarão melhor as atenções, prestar-se-ão a mais perfeito estudo de confrontação, e serão mais admiradas, expostas numa vitrina especial, no meio do côro, do que no Museu de S. João de Almedina, onde estão, por assim dizer, sufocadas e encobertas pelo grande número de objetos de prata que pejam aquele Museu, numa mistura

lamentável de peças de alto valor artístico com muitas outras cujo único valor é o peso da prata de que são fabricadas.

Devemos ainda considerar que no Museu da Rainha Santa, organizado há poucos anos, elas estarão em condições de segurança muito superiores, e mais garantidas, do que no Museu de S. João de Almedina, onde atualmente se encontram.

Mais: Ali estão expostas ao público, ordinariamente, apenas no primeiro domingo de cada mês, enquanto aqui elas se encontrarão em exposição permanente todos os dias, desde o nascer até ao pôr do sol, não havendo dia nenhum em que não apareçam visitantes a ver e admirar este Museu isabelino.

Por todas estas considerações a Confraria da Rainha Santa vem pedir a V. Ex<sup>a</sup> que sejam novamente confiados à sua guarda os cinco objetos isabelinos, daqui removidos e atualmente existentes no Museu das alfaias litúrgicas anexo ao de Machado de Castro, os quais passam a enumerar-se, indicando-se, para esclarecimento, o número da respetiva estampa no Album da Rainha Santa Isabel, que esta Confraria mandou imprimir, e do qual se junta um exemplar par documentar êste pedido:

- 1) Imagem de prata de Nossa Senhora do Pilar, que fazia parte do oratório pessoal da Rainha Santa (Estampa XIII);
- 2) Relicário do Santo Lenho, de coral e prata, idem (Est. XIV);
- 3) Cruz de ágata e prata, idem (Est. XV);
- 4) Colar de prata dourada que pertenceu à Rainha Santa (Est. XVI);
- 5) Cálice e patena, de prata dourada, manoelinos, que é tradição haverem sido oferecidos por D. Manuel I para o culto da sua Santa Avó, quando obteve o breve da sua Beatificação (Est. XVIII).
- 6) Sendo-lhe entregues êstes objetos, a Confraria assume perante o Governo toda a responsabilidade da sua



guarda e da sua cuidadosa conservação, considerando-se para todos os efeitos fiel depositária de tão preciosas recordações da Santa Rainha, sua Titular e Padroeira.

A Bem da Nação

Coimbra, 13 de junho de 1934

O Presidente

Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos<sup>29</sup>

No copiador de correspondência, entre uma carta de 21 de janeiro de 1935 e outra de 11 de junho do mesmo ano, encontra-se registado, sem data, um *Memorial* intitulado “Museu da Rainha Santa Isabel”, que reproduz o teor da carta anterior, mas inclui informações nunca antes veiculadas:

Há meses, a Confraria da Rainha Santa Isabel, legalmente ereta em Coimbra, representou a Sua Excelência o Senhor Ministro da Instrução, pedindo que lhe sejam entregues alguns objetos que pertenceram à sua Santa Padroeira, ou ao respetivo culto, e que sempre, até 1891, estiveram nesta igreja, e que hoje se encontram depositados no Museu de Alfaias de Arte-sacra, anexo ao de Machado de Castro.

Deseja a referida Confraria da Rainha Santa Isabel colocar êsses objetos em exposição no Museu privativo Isabelino, estabelecido, com todas as condições de aceio e de segurança, no côro superior do seu templo, em Santa Clara, onde já existem outras preciosidades artísticas, referentes à mesma Santa. Haveria a vantagem de ficar aqui reunida uma notável colecção Isabelina: os túmulos góticos da Rainha Santa e de seus descendentes D. Isabel filha de D. Afonso IV, e D. Catarina filha do Infante Regente

---

<sup>29</sup> CRSI – Copiador de correspondência, liv. 3 – fl. 149<sup>v</sup>-150<sup>v</sup>.

D. Pedro, Duque de Coimbra; o bordão de peregrina usado pela Santa Rainha; e a custódia onde, há mais de tres séculos, se faz a exposição da S. Eucaristia nas festas: objetos êstes que já lá estão, e sempre lá estiveram. A êles se adicionariam êstes, que agora se pediram, do uso pessoal da Esposa do Rei Lavrador, e ainda o cálice manoelino, que sempre serviu nas suas solenidades, desde a inauguração do seu culto litúrgico.

Êste requerimento foi, segundo consta, enviado ao atual Conservador do Museu de Machado de Castro, o qual deu parecer conformando-se em tudo com o pedido, exceto quanto ao cálice manoelino, que entende dever continuar onde está.

Ora, é certo que êsse calice, por duplo título, deve recolher ao Museu da Rainha Santa. Êle data do tempo em que o Papa Leão X, por breve de 15 de abril de 1516, beatificou a Santa Esposa de D. Denis e autorizou que se lhe prestasse culto litúrgico na cidade e diocese de Coimbra. Era tradição do mosteiro clarista que aquele cálice e respetiva patena fôram por D. Manoel I ofertados para servirem no culto solene de sua Santa Avó. Seja ou não fundamentada esta tradição, é certo que o cálice remonta a essa época inicial do culto Isabelino, e sempre nesta igreja serviu exclusivamente nas grandes solenidades da Rainha Santa.

**Em 1891 o Bispo-Conde D. Manoel Correia de Bastos Pina manifestou ao Presidente da Confraria grande desejo e empenho de que o cálice fosse em depósito para o Museu, que êle fundara na sua Sé. A Confraria opôs bastante resistência, por não poder dispensá-lo na ocasião das festas da sua Padroeira; mas cedeu perante as instâncias reïteradas do Bispo-Conde, e em face do compromisso formal, por êste tomado, de que ficaria em simples depósito no Museu, reservando-se a Confraria o direito de o requisitar, todas as vezes que lhe fôsse necessário. Responsabilizou-se o Bispo, única autoridade que superintendia no Museu, por que o cálice seria imediatamente entregue,**

**sem hesitação alguma, sempre que fôsse em nome da Confraria requisitado; deveria porém reverter novamente ao Museu, apenas passada a festa. Nestas condições a Mesa da Confraria condescendeu com a vontade do Bispo, e o cálice foi depositado no Museu, saindo realmente sempre que era requisitado, sem que jamais se notasse relutância alguma.**

Quando foi secularizado o Museu de Arte sacra, assumiu a sua Direção o grande Mestre António Augusto Gonçalves.

**Deu-se-lhe desde logo conhecimento do contracto celebrado entre a Confraria e o Prelado, e êle sempre honradamente, e sem dificuldade alguma, continuou a satisfazer as requisições do cálice e patena, periôdicamente apresentados pelo Presidente da Confraria, saindo então o cálice do Museu, e indo à igreja da Rainha Santa ou à de Santa Cruz, aonde quer que se celebrasse a festa da Santa Padroeira.**

**Presentemente tudo mudou de figura. Desde que no Museu de Machado de Castro cessou a Direção de Gonçalves, recusa-se a saída do cálice. A Confraria, para realizar as festas principais, vê-se na necessidade de pedir um cálice emprestado, pois não possui nenhum capaz de servir em tais ocasiões.**

Êsse cálice, pois, com a sua patena, é indispensável que venha para o templo da Rainha-Santa não só para ser depositado no Museu ao lado dos restantes objetos do culto Isabelino, mas também para servir, como sempre serviu, nos pontificais e missas solenes das festas principais da Santa Padroeira, de cujo culto se encontra encarregada esta Confraria desde o meado do século XVI.

Novamente pois se insiste, com todo o empenho, no pedido dos objetos, que são mencionados na aludida representação ou requerimento. <sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> CRSI – Copiador de correspondência, liv. 3 – fl. 144<sup>v</sup>-146<sup>r</sup>.

Logo a seguir, diz-se, entre parêntesis, que “este Memorial foi remetido registado ao Ex<sup>o</sup> Presidente do Conselho em 4 de fevereiro de 1935, a quem havia sido pessoalmente apresentada a aludida representação”<sup>31</sup>.

Em junho de 1934, já estavam em preparação as festas nacionais da Rainha Santa de 1936, comemorando o VI centenário da sua entrada na Glória. O anteprojecto das celebrações já havia sido submetido ao Bispo-Conde para sua apreciação.

Para dar maior alcance e dignidade às festas, o Doutor Vasconcelos terá solicitado certamente a um dos confrades mais ilustres, D. António Antunes, então Bispo coadjutor de Coimbra, que assumisse a presidência da Mesa, para que o diálogo com o episcopado pudesse ser estabelecido directamente através de um dos seus pares. Outro confrade ilustre, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, primeiro Conselheiro do Doutor Vasconcelos na sua segunda presidência de 1927 a 1931, seria o Presidente dessas celebrações nacionais. Com efeito, no decurso de 1928 viria a ser nomeado arcebispo de Mitilene e, um ano depois, Patriarca de Lisboa, pelo que só participou na gestão da Mesa durante um ano e meio. A presidência nacional destas celebrações foi determinante para a adesão tão forte do episcopado português aos festejos nacionais em Coimbra. Além do mais, D. Manuel Gonçalves Cerejeira participaria nas festas de 1936 na qualidade de Legado Pontifício de Sua Santidade.

O Presidente da Confraria achou conveniente nomear uma comissão consultiva exclusivamente para tratar da questão das festas. Essa comissão de quatro pessoas era presidida pelo Doutor Vasconcelos. Um dos outros elementos era o Confrade Cónego Doutor Manuel Trindade Salgueiro, futuro Arcebispo de Évora. Tudo se conjugava para que as festas de 1936, as do VI centenário da morte de Santa

---

<sup>31</sup> *Id., ib.*

Isabel, Rainha de Portugal, fossem as mais ilustres de sempre, como assim veio a acontecer.

No âmbito da preparação desses festejos, D. António Antunes insiste junto do Ministro da Instrução Pública com os mesmos argumentos do Doutor Vasconcelos, acrescentando um outro: a proximidade das festas do VI centenário. O Ministro entendeu por bem ceder os objetos de culto solicitados apenas temporariamente, enquanto as condições de segurança não fossem estudadas. O Presidente da Confraria responde lamentando que tapetes persas de alto valor, pertencentes ao templo da Rainha Santa, tenham sido roubados do Museu de Arte Sacra, pelo que as condições de segurança oferecidas pela Confraria seriam bem superiores às da igreja de S. João de Almedina. Por outro lado, uma exposição temporária implicaria um investimento avultado na aquisição de expositores, que corriam o risco de ficar vazios e inutilizados pouco depois da exposição. Tal despesa não era comportável com os encargos de assistência entretanto assumidos (o sustento do Refúgio da Rainha Santa), pelo que a oferta do Ministro ficava sem efeito.

A riqueza do culto à Rainha Santa e das suas tradições mobilizam ainda hoje as populações devotas de Santa Isabel. Todavia, este culto terá sempre como referência a imitação do seu exemplo, ao seguir nas pisadas de Cristo e na prossecução dos ideais expressos no Evangelho. E quem melhor do que ela, na nossa História, incarna o espírito das bem-aventuranças? Quem melhor do que ela espelha os dons do Espírito Santo? Quem melhor do que ela praticou todas as obras de misericórdia?

É este o exemplo que Santa Isabel nos legou, orientando a sua vida para Cristo, objetivo último de todo o cristão. Cabe à Confraria consciencializar os devotos da Rainha Santa para isso mesmo, sob pena de o culto se circunscrever a aspetos acessórios, superficiais ou até de assumir contornos de natureza idólatrica. A Rainha Santa seria

a primeira a deplorar que tal acontecesse. Os eventos de natureza cultural e pastoral promovidos, mais recentemente, pela Confraria da Rainha Santa Isabel são imprescindíveis para elucidar os fiéis, para os instruir e ensinar a viver a mesma fé de Santa Isabel, a explorar as lições de vida que a Rainha Santa nos deixou, tão intemporais e, por isso mesmo, tão atuais nos tempos que correm.